

LETÍCIA ARAÚJO SOARES

OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO MERCOSUL

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas do Setor de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal
do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula

**CURITIBA
2006**

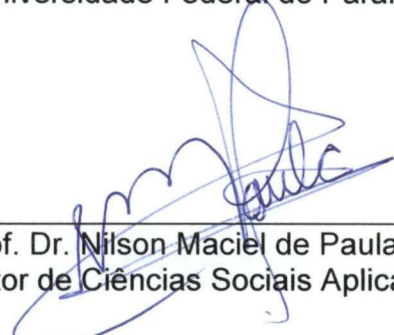
TERMO DE APROVAÇÃO

LETÍCIA ARAÚJO SOARES

OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO MERCOSUL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Graduação de Ciências Econômicas do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná pela seguinte banca examinadora:

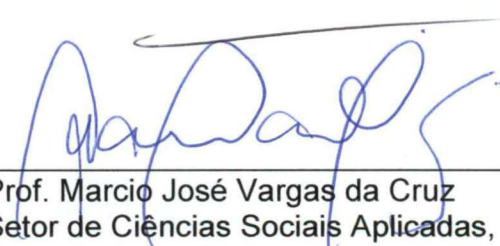
Orientador:



Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR



Prof. Dr. José Gabriel Porcile Meirelles
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR



Prof. Marcio José Vargas da Cruz
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR

Curitiba, 09 de Novembro de 2006

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	iii
LISTA DE GRÁFICOS.....	iv
LISTA DE QUADROS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	vi
RESUMO.....	vii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
3 HISTÓRICO.....	8
3.1 DO INÍCIO DA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA À ASSINATURA DO TRATADO DE ASSUNÇÃO.....	8
3.2 COMÉRCIO INTRAZONA.....	12
3.3 TRATADO E PROTOCOLOS IMPORTANTES.....	16
3.3.1 Tratado de Assunção.....	16
3.3.2 Protocolo de Ouro Preto.....	17
3.3.3 Protocolo de Olivos.....	19
3.3.4 Protocolo de Fortaleza.....	19
4 TENDÊNCIAS RECENTES.....	21
4.1 ASSIMETRIAS ESTRUTURAIS.....	22
4.2 INSERÇÃO DOS PAÍSES DO MERCOSUL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	24
4.3 ASPECTOS MACROECONÔMICOS.....	27
5 PERSPECTIVAS.....	35
5.1 EQUALIZAÇÃO COM OS SÓCIOS MENORES.....	38
5.2 A RELAÇÃO COM A UNIÃO EUROPÉIA.....	39
6 CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS.....	47

LISTA DE SIGLAS

ALADI.....	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC.....	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALC.....	Área de Livre Comércio
BBC.....	British Broadcasting Corporation
BID.....	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CARICOM.....	Caribbean Community and Commom Market
CARIFTA.....	Caribbean Free-Trade Agreement
CCM.....	Comissão de Comércio do Mercosul
CIA.....	Central Intelligence Agency
CME.....	Conselho de Mercado Comum
CPC.....	Comissão Parlamentar Conjunta
EUA.....	Estados Unidos da América
FCES.....	Fora Consultivo Econômico Social
FMI.....	Fundo Monetário Internacional
GATT.....	General Agreement on Tariffs and Trade
GMC.....	Grupo Mercado Comum
MERCOSUL.....	Mercado Comum do Cone Sul
NAFTA.....	North American Free Trade Agreement
OMC.....	Organização Mundial do Comércio
PIB.....	Produto Interno Bruto
SAM.....	Secretaria Administrativa do Mercosul
TEC.....	Tarifa Externa Comum
TLC.....	Tratado de Livre Comércio
TPPI.....	Tratado de Promoção e Proteção de Investimentos
UE.....	União Européia
UFPEL.....	Universidade Federal de Pelotas
ZLC.....	Zona de Livre Comércio

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CORRENTE DE COMÉRCIO DO MERCOSUL EM MILHÕES DE DÓLARES (1990 A 1991 E 1993 A 2004).....	14
GRÁFICO 2 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DO MERCOSUL (1990 A 1991 E 1993 A 2004).....	15
GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO DE CADA PAÍS NO PIB DO MERCOSUL-2006....	21
GRÁFICO 4 – VARIAÇÃO DO PIB DOS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1997 E 2005.....	29
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO PIB – 1996 a 2004 (US\$ milhões).....	31
GRÁFICO 6 – INFLAÇÃO DOS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1997 E 2002....	32

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX ANTES DO MERCOSUL.....	9
---	---

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL EM MILHÕES DE DÓLARES (1990 A 1991 E 1993 A 2004).....	13
TABELA 2 – COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL POR PAÍS EM PORCENTAGEM (2000 A 2004).....	25
TABELA 3 – COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL (2003, 2004 e PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005).....	26
TABELA 4 – VARIAÇÃO DO PIB DOS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1997 E 2005.....	29
TABELA 5 – INFLAÇÃO DOS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1997 E 2002.....	31
TABELA 6 – TAXA DE CÂMBIO NOMINAL ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1997 E 2005.....	33
TABELA 7 – VARIAÇÃO CAMBIAL DOS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1998 E 2005.....	33
TABELA 8 – PIB (EM BILHÕES DE DÓLARES), POPULAÇÃO (EM MILHÕES) E PIB PER CAPITA DOS PAÍSES DO MERCOSUL E DO MERCOSUL AMPLIADO -2005.....	37

RESUMO

A globalização da economia mundial, os processos de revolução tecnológica e a mobilidade de novos fatores de competitividade levaram a uma nova concepção de comércio internacional. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a formação de blocos econômicos regionais e de acordos bilaterais tornou-se uma realidade. No contexto da América Latina, destaca-se o Mercosul, ou Mercado Comum do Cone Sul, que atualmente é uma União Aduaneira formada por cinco países com grande expectativa de tornar-se um Mercado Comum. Desta maneira, a presente monografia tem como objetivo explicar por que este bloco econômico não atingiu seus principais objetivos como uma União Aduaneira e está longe de ser um Mercado Comum. No estudo, dá-se ênfase aos aspectos históricos, às assimetrias entre os países-membros, aos aspectos macroeconômicos, às perspectivas deste bloco econômico e, principalmente, à inserção dos países-membros do bloco no comércio internacional.

1 INTRODUÇÃO

O momento que se pode considerar como marco das transformações no comércio internacional é a primeira metade do século XX. Com o final da Segunda Guerra Mundial (1945), e mais especificamente em 1948 com o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) percebeu-se uma maior dependência inter-regional, ou seja, uma maior globalização da economia e aumento dos fluxos de comércio. O termo “integração” começou a ser utilizado também nesta época; do latim *integratio*, o significado é “renovação” ou “restabelecimento”.

Na América Latina, diversas tentativas de integração econômica ocorreram ao longo do século XX, porém, destaca-se neste trabalho o Mercosul, ou Mercado Comum do Cone Sul, formado por Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, mais recentemente, pela Venezuela. Hoje considerado uma União Aduaneira, o Mercosul possui raízes ainda no início dos anos 1980, com o estreitamento comercial entre seus maiores países-membros, Brasil e Argentina, a partir da assinatura da Declaração de Iguazu.

Porém, foi apenas no ano de 1991 que o Mercosul se tornava uma realidade, com a assinatura do Tratado de Assunção, tratado que tornava o Mercosul uma realidade. Juntaram-se ao Brasil e à Argentina o Paraguai e o Uruguai, principalmente pela questão geográfica e por temer ficar de fora de grandes expectativas de desenvolvimento regional que o bloco poderia proporcionar.

O início dos anos 1990 marcou a história do Mercosul com grandes expectativas, como a intenção da formação de um Mercado Comum (alto grau de integração econômica, o qual foi o caso da União Européia até 2002, antes da formação da União Econômica) e de altos níveis de desenvolvimento dos países-membros.

Dado que são visíveis as diversas falhas no calendário do Mercosul, as sérias crises econômicas pelas quais os dois principais países formadores do bloco passaram no final da década de 1990 (Brasil) e início do século XXI (Argentina) e as diversas assimetrias presentes entre os países-membros,

pretende-se desta maneira explicar o atual estado de inércia deste bloco econômico.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, dos quais o primeiro trata-se do referencial teórico, ou seja, as bases teóricas do comércio internacional e a divisão mundial em blocos econômicos, destacando principalmente a questão dos diferentes graus de integração e a questão de desvio de comércio. O segundo capítulo traz o histórico do Mercosul e também de outras tentativas de integração econômica na América Latina, além de destacar o comércio intrazona antes da assinatura do Tratado de Assunção e explicar os tratados e protocolos importantes. O terceiro diz respeito aos aspectos recentes do bloco, ou seja, as assimetrias estruturais entre os países, a inserção destes países no comércio internacional e os aspectos macroeconômicos presentes na união aduaneira. Este é o capítulo que traz as principais diferenças entre os quatro países, menos a Venezuela, ou seja, traz as evidências de fracasso do Mercosul em relação ao esperado em 1991. No último capítulo são discutidas as perspectivas do bloco econômico, considerando a inserção da Venezuela como membro-pleno e as relações recentes do Mercosul com a União Européia. Por fim, são apresentadas as conclusões do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O comércio internacional atualmente tem sido intensamente determinado por transformações da economia mundial, no contexto da globalização da economia, dos processos de revolução tecnológica e da mobilidade de novos fatores de competitividade.

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, a economia mundial começou a andar em direção à internacionalização da produção e dos mercados. Afinal, o fluxo de comércio mundial cresceu abundantemente após a liberalização multilateral administrada pelo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), cujo princípio básico foi a promoção livre-comércio a partir de 1948. Segundo THORSTENSEN (1994, p. 17), as exportações mundiais entre 1965 e 1990 foram de 12% a 15% ao ano, um aumento significativo. Vale ressaltar ainda que se entende por multilateralismo um comércio praticado livremente entre mais de dois países, sem facilidades tarifárias diferentes para nenhum deles. Ou seja, permite que cada um dos países envolvidos extraia os ganhos máximos do comércio exterior, considerando-se a sua especialização na divisão internacional do trabalho e a vantagem comparativa de que seus produtos oferecem.

Porém, foi a revolução tecnológica que trouxe conseqüências mais fortes para a economia. Em meados dos anos 80 as transformações na microeletrônica, informática e mecânica de precisão passaram a provocar profundas mudanças nas estruturas produtivas e de serviços. Associado a isso os custos de transporte reduziram sensivelmente a partir das mudanças tecnológicas aí ocorridas. Era o impulso que faltava para a globalização da economia mundial. Assim surgia um novo tipo de relacionamento entre os mercados nacionais e internacionais, afinal os países estavam cada vez mais “próximos”; era a revolução tecnológica na esfera da comunicação.

Ainda segundo THORSTENSEN (1994, p. 24), “a nova teoria de comércio é chamada também de ‘teoria estratégica de comércio’ porque o comércio é resultado da rivalidade estratégica entre empresas e governos, em que um

pequeno número de empresas e o governo tomam decisões levando em consideração a reação dos demais participantes do mercado”.

Este novo paradigma técnico e econômico exerce uma pressão sobre as estruturas produtivas e organizacionais, independentemente das fronteiras nacionais. E é esta capacidade de se adaptar ou de evoluir que determinará quais são as empresas ou instituições que sobreviverão nesta nova realidade. Novos padrões de comércio e cooperação econômica mundial estavam sendo criados, e isto iniciou a modificação dos determinantes da localização da produção, das exportações, as características organizacionais e estratégicas das empresas.

A partir deste momento, velhos paradigmas tecnológicos estavam sendo substituídos por novos paradigmas. Antes, a tecnologia era intensiva em energia, a produção possuía grandes unidades de produção e trabalhadores, os produtos eram homogêneos, havia uma padronização e as habilidades eram especializadas. Depois, a tecnologia passou a ser intensiva em informação e em conhecimento, a produção passou a ter uma menor unidade de produção e menos trabalhadores, houve uma diversificação dos produtos, e estes eram direcionados aos clientes e percebeu-se uma multi-habilidade, ou seja, uma interdisciplinaridade na produção. O mundo estava em uma intensiva mudança, as maneiras de as trocas internacionais serem explicadas também estavam se modificando.

Após o início do declínio relativo da hegemonia americana e da intensidade das evoluções dos padrões de produtividade e competitividade entre as empresas, uma das principais tendências da economia mundial ainda se refere à formação de blocos econômicos regionais e ao estabelecimento de acordos bilaterais. De acordo com SALVATORE (1998, p. 175), “a teoria da integração econômica se refere à política comercial de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais, de forma discriminatória, somente entre as nações interligadas”. Com o desaparecimento das barreiras comerciais, conseqüentemente há um aumento do comércio e cada país-membro obtém ganhos com a especialização proporcionada pelo comércio internacional. Segundo OMAN (2002, p. 162), a regionalização é um processo centrípeto, ou seja, “é o movimento acelerado de duas ou mais

sociedades no sentido da integração ou conjunção de sua soberania, com freqüência na esperança de fortalecê-la coletivamente”.

A formação destes blocos regionais ou ainda dos acordos bilaterais são exemplos de fragmentação do comércio, ou seja, os países começam a deixar de lado o multilateralismo mundial, como é o caso da Organização Mundial do Comércio (OMC), ao priorizar as integrações regionais. Os graus de integração econômica variam desde simples acordos comerciais preferenciais até união econômica:

- a) Acordos Comerciais Preferenciais: permitem que as nações integrantes utilizem barreiras comerciais menos elevadas do que aquelas a países não participantes.
- b) Área de Livre Comércio (ALC): todas as barreiras comerciais são retiradas (entre eles). É o caso do NAFTA, formado pelos Estados Unidos, Canadá e México.
- c) União Aduaneira: as tarifas e outras barreiras comerciais são proibidas entre os membros e as políticas comerciais são harmonizadas. Este grau de integração tem como exemplo o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul), formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.
- d) Mercado Comum: às características da união aduaneira são adicionadas a livre movimentação de mão-de-obra e de capital dos países-membros.
- e) União Econômica: as políticas monetárias e fiscais são harmonizadas, como ocorreu com a União Européia em 2002.

As integrações regionais surgiram como uma alternativa para a gestão da interdependência e de conflitos diante das dificuldades nas negociações multilaterais decorrentes do desgaste do GATT. E, além do desgaste do multilateralismo e da pressão do processo de globalização da economia mundial, os blocos econômicos surgiram também através de uma lógica econômica. Afinal, são grandes os ganhos de bem-estar que estimulam a formação destes.

Estes grupos de países visam tanto benefícios estáticos como dinâmicos da integração. Consideram-se benefícios estáticos, segundo THORSTENSEN (1994, p. 40) aqueles que “surtem do fato de a remoção de barreiras incrementar o comércio, dando acesso a um mercado mais amplo para as empresas, o que tem efeitos positivos sobre a alocação de recursos dos países-membros”. Exemplos são a eficiência da produção devido ao aumento da especialização, visando as vantagens comparativas entre os países que comercializam; aumento no nível de produção devido ao uso das economias de escala com o acesso a um mercado mais amplo; mudanças forçadas na eficiência econômica (como maiores salários) devido à maior competição e a melhoria no poder de barganha internacional: o mercado aumenta de tamanho, levando a melhores termos de troca.

Os benefícios dinâmicos são aqueles que vêm também com a eliminação das barreiras, aumentando assim a taxa de crescimento da economia. Por exemplo, economias externas às firmas, que podem reduzir os custos específicos ou gerais; aumento na taxa de investimento devido ao aumento de fluxo de capital do exterior e efeito de eficiência econômica e da confiança devido ao aumento de competição e redução de incerteza.

Assim, está claro esta tendência mundial, que diz respeito ao *regionalismo*, que pode ser impulsionado por forças políticas ou ainda por forças econômicas. Este regionalismo, um fenômeno político - como já foi explicado anteriormente - é impulsionado por forças centrípetas, enquanto a globalização, um fenômeno microeconômico, é impulsionada por forças centrífugas.

Mais especificamente sobre as uniões aduaneiras, é interessante citar o caso em que estas desviam o comércio. Ou seja, este chamado *desvio de comércio* ocorre quando, segundo SALVATORE (1998, p. 176), “importações de custo inferior de nações não-integrantes da união aduaneira são substituídas por importações de custo superior de uma nação-membro da união”. Assim, o comércio é desviado para dentro do bloco, para que haja um incremento do comércio entre os países-membros.

O desvio de comércio (por si só) é considerado um redutor de bem-estar. Afinal, os produtores mais eficientes - porém não pertencentes ao bloco – são substituídos por outros produtores ainda menos eficientes, porém pertencentes ao bloco. E, ainda segundo SALVATORE (1998, p. 176), “o desvio de comércio deteriora a alocação internacional de recursos e afasta a produção das vantagens comparativas”. Isto porque o país pertencente à união aduaneira deixa de importar um bem de um país que possui vantagem comparativa (e ao mesmo tempo menor preço) para importar de outro que não possui nem vantagem comparativa nem preço menor.

Porém, para os consumidores de dentro do bloco, ocorre uma diminuição de bem-estar com o desvio de comércio, pois ao se formar um bloco se restringe o comércio aos países-membros. Ou seja, há uma diminuição da eficiência da alocação de recursos.

3 HISTÓRICO

O Mercosul é considerado um bloco econômico de dimensões continentais e um dos principais pólos de atração de investimentos do mundo. Com uma área de praticamente 12 milhões de quilômetros quadrados, esta união aduaneira engloba Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, correspondendo a mais de quatro vezes o tamanho da União Européia, com cerca de 200 milhões de habitantes. E a quarta economia mundial, atrás da União Européia, Nafta e Japão, com um Produto Interno Bruto (PIB) acumulado médio de um trilhão de dólares.

Atualmente, o Mercosul é uma união aduaneira, ou seja, mantém as características de uma ALC - onde todas as barreiras comerciais são retiradas -, mas também as tarifas e outras barreiras comerciais são proibidas entre os membros e as políticas comerciais são harmonizadas. É um projeto claramente inspirado no projeto da União Européia, que objetivava um mercado comum, com exclusão de tarifas e outras barreiras comerciais, a livre movimentação de mão-de-obra e de capital entre os países-membros.

Tentativas de integração regional marcam, mesmo que timidamente, o histórico da América Latina. O difícil processo de integração vem de mais de 50 anos, quando a primeira área de livre comércio (entre El Salvador e Nicarágua) foi firmada, no ano de 1951 (PORTO, 2006).

2.1 DO INÍCIO DA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA À ASSINATURA DO TRATADO DE ASSUNÇÃO

A história da América Latina entre a década de 1940 e o ano de 1990 não prioriza muitos tipos de integração regional, afinal foram apenas oito tentativas notificadas ao GATT. Apenas dois destes têm como participantes os quatro países que hoje formam o Mercosul, como se pode constatar a partir da tabela a seguir.

QUADRO 1 – TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX
ANTES DO MERCOSUL

Integração	Países	Submetida como	Início
Área de Livre-Comércio El Salvador - Nicarágua	El Salvador e Nicarágua	ALC	21 de agosto de 1951
Participação da Nicarágua na Área de Livre-Comércio Centro- Americana	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	ALC	2 de junho de 1959
Associação Latino- Americana de Livre- Comércio (Alalc)	Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai	Acordo interino para a formação de uma ALC	2 de junho de 1961
Participação da Nicarágua no Tratado Geral para a Integração Econômica da América Central	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	Acordo interino p/ formação de uma ALC e equalização de direitos e taxas aduaneyras	Junho de 1961
Caribbean Free-Trade Agreement (Carifta)	Antigua, Barbados, Guiana e Trinidad y Tobago	ALC	1º de maio de 1968
Caribbean Community and Common Market (Caricom)	Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad y Tobago	Acordo interino p/ formação de uma união aduaneira	1º de agosto de 1973
Associação Latino- Americana de Integração (Aladi)	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela	Acordo preferencial	18 de março de 1981
Grupo Andino	Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela	União aduaneira	25 de maio de 1988

FONTE: WTO (1995a). IN: PORTO, M; FLÔRES JR, R. p. 281

Primeiramente, entre as duas integrações que possuem integrantes do Mercosul, tem-se a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (Alalc) de 1961, considerada um acordo interino para a formação de uma área de livre comércio, a qual era formada por Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai. No ano de 1981 formou-se a Associação Latino-Americana de Integração, (Aladi),

submetida como um acordo preferencial, ou seja, permite que as nações integrantes utilizem barreiras comerciais menos elevadas do que aquelas a países não participantes, formada por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Mesmo considerada como um acordo preferencial, a Aladi tentou criar uma área de livre comércio entre seus membros, mesmo que concentrada num grupo seletivo de produtos. Porém, a diversidade de seus membros, os quais possuíam cada um seus problemas e seus respectivos pontos de vista (afinal, era formada por países do Cone Sul, duas nações andinas, o México ao norte e mais Brasil, Colômbia e Venezuela), foi responsável por negociações cansativas e também pouco produtivas. Segundo PORTO (2006, p. 282), “concessões substanciais eram requeridas por todos e dadas por ninguém”. Assim, já no final dos anos 1980 a Aladi era considerada um fracasso.

Assim, esta foi parcialmente aprimorada pelo Mercosul, permanecendo aquela apenas como uma entidade burocrática, embora preservando ainda o projeto de liberalização comercial entre os países buscando manter boas relações do Mercosul com o Grupo Andino, formado por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

No contexto específico do Mercosul, os laços bilaterais já existentes entre Brasil e Argentina foram estreitados a partir da segunda metade da década de 1980, mais precisamente no ano de 1985, com a Declaração de Iguaçu. Esta declaração estabeleceu os termos de um acordo entre os dois países já livres dos governos militares, agora em plena liberdade democrática. Segundo PORTO (2006, p. 289), a Declaração de Iguaçu “foi seguida por diversos protocolos, atos e pelo menos um tratado bilateral – todos antes de março de 1991 -, e significou o início de uma era de confiança mútua e de preocupação conjunta com o futuro do Cone Sul”.

Porém, o projeto do Mercosul só foi efetivamente lançado com a assinatura em Buenos Aires da Ata para Integração Latino-Brasileira e mais doze protocolos pelos então presidentes Raul Alfonsín da Argentina e José Sarney do Brasil. Assim foi formada a base para a formação do mercado comum entre os dois países, com perspectiva de se tornar realidade até janeiro do ano 2000.

Após este efeito diplomático, mais quatro tratados, atas e acordos foram assinados entre estes dois países. Entre eles o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988), que prevê, segundo KUNZLER (1995, p. 185) “a remoção de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços, dentro dos princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria, no prazo máximo de dez anos, para a formação do mercado comum”. Assim, entende-se que no máximo no ano de 1998 os dois países tinham a determinação de estar com uma união aduaneira plena, e ainda mais, totalmente preparada para transformar-se em um mercado comum, ou seja, gostariam de somar às já adquiridas características, mais a livre circulação de mão-de-obra e de capital entre os países.

Outro ponto de aproximação entre os dois países ocorreu em 1990, com a antecipação do estabelecimento do mercado comum bilateral pelos presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Menem. Com isso foi alimentada a expectativa de que o mercado comum bilateral poderia surgir no ano de 1994, e não mais no ano 2000. Assim, o processo de integração entre os países se aceleraria e a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção se tornaria uma realidade mais rapidamente.

A partir daquele momento, com o impacto da aceleração daquele processo, tanto o Uruguai quanto o Paraguai procuraram fazer parte do projeto de formação do bloco regional. Afinal, temiam ficar isolados de um projeto de integração entre Brasil e Argentina capaz de proporcionar ganhos em termos de desenvolvimento. Desta maneira, começava a nascer o Mercado Comum no Cone Sul, a partir do interesse explícito dos países envolvidos.

No dia 26 de março do ano de 1991 foi assinado o Tratado de Assunção, tornando o Mercosul uma realidade com um objetivo implícito de acelerar o processo de desenvolvimento econômico dos países-membros. Afinal, de acordo com KUNZLER (1995, p. 191), “a integração regional serve como um modo de “sobrevivência das nações carentes de níveis adequados de desenvolvimento e com elevado passivo financeiro e social, que deverão aproveitar mais eficazmente os recursos disponíveis, (...), coordenar políticas macroeconômicas e complementar

os diferentes setores da economia”. Ao invés de fazer uso da política de concorrência, os países visam, durante a formação de uma integração econômica, somar competências e se especializar nas produções que possuem vantagens comparativas, ampliando o mercado. E mais, a criação de uma união aduaneira (como é hoje o Mercosul) também faz o eficaz aproveitamento de economias de escala. Ou seja, pode-se conseguir a dimensão suficiente para se produzir com custos médios mais baixos.

Em janeiro de 1995 o primeiro passo do projeto de integração estava sendo dado, tornando o Mercosul em uma ALC, mesmo com a instabilidade macroeconômica pela qual Brasil e Argentina passavam. A nova ALC possuía 8 mil produtos (mais que 95% do total de produtos trocados entre os quatro países) sendo transacionados a uma tarifa zero. A ALC deveria ser completamente implementada no ano de 2000, porém este fato não aconteceu devido a questões internas, ou seja, alíquotas temporárias surgiram e exceções ainda existiam. O maior problema é o setor automotivo e de autopeças, devido a um regime especial foi criado com a intenção de promover o investimento estrangeiro direto na região que manteve barreiras para proteger os desenvolvimento locais.

De acordo com o primeiro calendário, a união aduaneira *plena* deveria entrar em vigor em janeiro de 2006, ou seja, com uma tarifa de 16% para a maioria dos produtos de ponta, de tecnologia e de informação. Porém, devido às crises pelas quais passaram os sócios maiores (crise cambial brasileira em 1999 e crise Argentina em 1997), o progresso tem sido mais lento do que o programado.

2.2 COMÉRCIO INTRAZONA

Para atingir os objetivos iniciais de uma união aduaneira com a adoção de uma tarifa externa comum, um código aduaneiro comum e a livre circulação de bens e disciplinas comuns para lidar com o comércio desleal proveniente de outros países, deve-se principalmente, segundo BOUZAS (2003, p. 49), construir “um projeto comum capaz de justificar o investimento de recursos econômicos e políticos no processo de integração regional”; e mais, este projeto comum é “uma tarefa de

cunho político que exigia compromisso e liderança”. Nos últimos anos, ambas as premissas citadas acima estão ausentes no Mercosul, principalmente entre Brasil e Argentina. Segundo TAMER (2006), “ao insistir em um modelo predominantemente intergovernamental, o Mercosul avança ou recua de acordo com a vontade imediata dos governantes dos países membros, do momento”. E, no momento, percebe-se claramente outros interesses individuais de cada governo em particular. Afinal, são visíveis outros problemas pelos quais tanto os países que formam o Mercosul quanto os outros da América Latina, desde problemas macroeconômicos a corrupção de seus governos, passando ainda por infinitos problemas na saúde, educação, desemprego e baixa renda.

Porém, é importante salientar como ocorria a relação dos países antes da assinatura do Tratado de Assunção, ou seja, os dados de comércio entre os países participantes do Mercosul.

Segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no ano de 1990, ou seja, um ano antes da assinatura do Tratado de Assunção, os quatro países importavam e exportavam entre si um total de 4 bilhões de dólares em média. Ao analisar a Tabela 1, percebe-se que os quatro países ainda no ano de 1990, juntos, exportavam ao resto do mundo em torno de 42 bilhões, ou seja, quase o dobro do que importavam - em torno de 23 bilhões de dólares. Tinha-se, assim, antes da formação do Mercosul, uma balança comercial superavitária dos quatro países em conjunto.

TABELA 1 - IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL EM MILHÕES DE DÓLARES (1990 A 1991 E 1993 A 2004)

	Comércio Intrazona				Comércio Extrazona			
	Importações (A)	Exportações (B)	B-A	A+B	Importações (D)	Exportações (E)	E-D	D+E
1990	4.122	4.123	1	8.245	23.203	42.302	19.100	65.505
1991	5.125	5.102	-22	10.227	27.016	40.808	13.793	67.824
1993	9.086	10.057	971	19.143	36.757	43.986	7.229	80.743
1994	11.710	12.001	291	23.711	46.373	50.113	3.740	96.486
1995	14.056	14.384	328	28.439	61.226	56.018	-5.208	117.244
1996	16.651	16.957	305	33.608	66.001	57.950	-8.051	123.951
1997	20.491	20.583	92	41.074	76.389	62.656	-13.733	139.045
1998	20.437	20.351	-86	40.788	74.958	60.972	-13.986	135.930
1999	15.426	15.157	-269	30.583	64.459	58.463	-5.996	122.922
2000	17.709	17.603	-106	35.312	68.752	68.720	-32	137.472

2001	15.331	15.214	-117	30.545	66.294	72.671	6.377	138.965
2002	10.296	10.166	-130	20.462	49.416	78.717	29.301	128.133
2003	13.396	12.635	-761	26.031	55.297	93.373	38.076	148.670
2004	18.064	17.192	-872	35.256	76.436	118.121	41.685	194.557

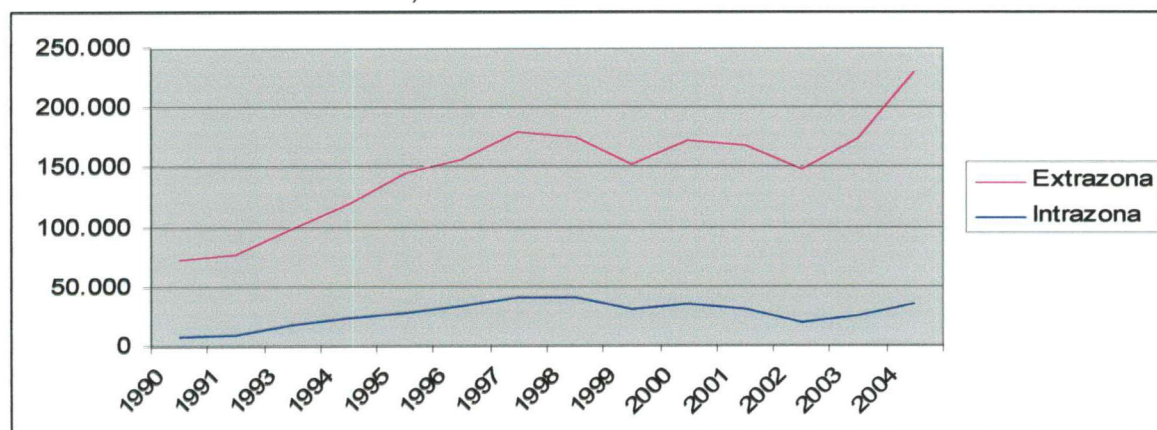
FONTE: BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTA: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Na primeira parte da tabela, ou seja, a que diz respeito ao comércio intrazona, é válido apenas observar o constante aumento da corrente de comércio (A+B) até o ano de 1998, e então o seu constante decréscimo a partir dali, obviamente por conta da desvalorização do real no ano de 1999. E, a partir destes dados, percebe-se que até o ano de 2004 o bloco ainda não conseguiu atingir o seu ápice, ou seja, de pouco mais de 41 milhões de dólares, alcançado em 1997.

Já a segunda parte da tabela (do comércio extrazona), a análise é mais interessante. A balança comercial (E-D) permanece deficitária entre 1995 e 2000; porém, a corrente de comércio (D+E) aumenta a cada ano, menos em plena crise da moeda brasileira, quando esta teve uma queda de mais de 15 milhões, porém, se recuperando no ano 2000. E, como pode-se perceber, em 14 anos de existência do bloco econômico, esta corrente de comércio praticamente triplicou: de US\$ 65.500 milhões em média em 1990, atingiu a marca de US\$ 194.500 milhões em 2004. O gráfico a seguir mostra o desempenho da corrente de comércio tanto intra como extrazona neste intervalo de quatorze anos:

GRÁFICO 1 – CORRENTE DE COMÉRCIO DO MERCOSUL EM MILHÕES DE DÓLARES (1990 A 1991 E 1993 A 2004)



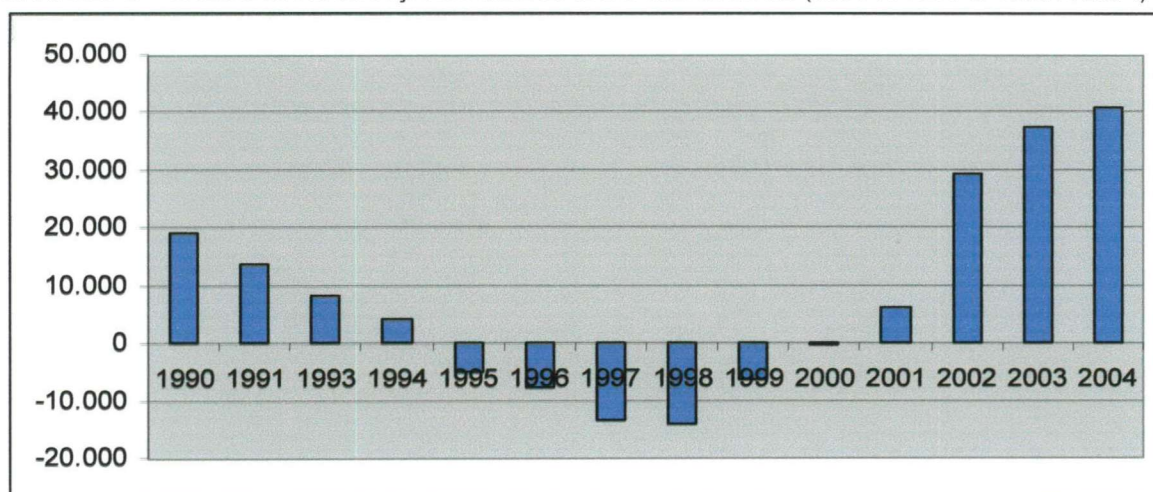
FONTE: CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DA ARGENTINA

O Gráfico 1 prova que a corrente de comércio extrazona cresceu muito mais do que a intrazona. O ápice está no ano de 2004, o qual foi alcançado após o constante crescimento do comércio do Mercosul com os países do resto do mundo a partir do ano de 2002. E, no comércio intrazona, observa-se uma estagnação, ou seja, pequenas baixas e altas no comércio. Percebe-se também a estagnação da corrente de comércio entre os anos de 1996 e 2002. Esta estagnação marca a mudança das relações exteriores do Mercosul desde o ano de 1991 a 1996, quando aumentavam gradativamente.

Porém, voltando a analisar a Tabela 1, chega-se a uma conclusão interessante. Em 1990, o Mercosul representava 11% do comércio total do bloco, enquanto em 2004 esta participação subiu para apenas 17%. Porém, ao analisar os dados de 1998, um ano antes da desvalorização do real, vê-se que a porcentagem a qual o Mercosul representava no total do comércio do bloco era de 23%. Assim, percebe-se mais ainda a importância do Brasil no bloco, pois sua crise cambial trouxe relevantes consequências ao Mercosul.

O gráfico a seguir mostra claramente os anos em que a balança comercial do bloco econômico estava superavitária (1990, 1991, 1993, 1994, 2001, 2002, 2003 e 2004), deficitária (de 1995 a 1999) e em equilíbrio (2000):

GRÁFICO 2 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DO MERCOSUL (1990 A 1991 E 1993 A 2004)



FONTE: CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DA ARGENTINA

No ano de 1991, após a assinatura do Tratado de Assunção, a realidade do Mercosul praticamente não mudou. O superávit na balança comercial do bloco econômico *versus* resto do mundo continuou praticamente igual, em torno de 15 bilhões de dólares; e tanto as importações intrabloco quanto extrabloco aumentaram em um bilhão de dólares.

Porém, no ano de 1998 o superávit torna-se déficit. Os países juntos exportavam um total de 81 bilhões de dólares, enquanto importavam cerca de 95 bilhões. No ano 2000 a balança fica equilibrada, e somente a partir de 2003 o superávit volta à economia do Mercosul: agora, com a marca de US\$ 38 bilhões. Como pode-se observar, um ano depois, o superávit no ano de 2004 chega a cerca de 41 bilhões de dólares.

2.3 TRATADO E PROTOCOLOS IMPORTANTES

2.3.1 Tratado de Assunção

Tratado que instituiu o Mercosul, foi assinado no ano de 1991, constituindo junto com os Protocolos de Brasília e de Ouro Preto os principais instrumentos jurídicos do processo de integração.

O Tratado de Assunção determina os seguintes aspectos:

- a) um programa de liberalização comercial, que consiste de reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas acompanhadas da eliminação das barreiras não tarifárias;
- b) a coordenação de políticas macroeconômicas;
- c) o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC);
- d) o estabelecimento de listas de exceções ao programa de liberalização para produtos considerados "sensíveis";
- e) a constituição de um regime geral de origem e de um sistema de solução de controvérsias.

Segundo KUNZLER (1995, p. 195):

“o Estado Membro que desejar retirar-se do Mercosul, deverá formalizar denúncia de maneira expressa e formal ao Governo do Paraguai, que comunicará os demais

membros". E mais, "para que a importação dos produtos originários dos Estados membros do Mercosul possa beneficiar-se das reduções de gravames e outras restrições outorgadas entre esses membros, é necessária a apresentação, na alfândega, do 'Certificado de Origem', onde os órgãos habilitados para sua emissão atestam o fiel cumprimento de todas as regras de origem da mercadoria".

Este pode ser continuamente complementado por instrumentos adicionais, negociados pelos quatro países-membros em função do avanço da integração. Segundo o tratado, até o dia 31 de dezembro de 1994, o Mercosul deveria ser considerado uma União Aduaneira, ou seja, uma fase anterior à integração conhecida como Mercado Comum.

2.3.2 Protocolo de Ouro Preto

O período entre a assinatura do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto é chamado de "período de transição". Afinal, é este protocolo que define a estrutura institucional definitiva do Mercosul. Pode também ser chamado de "Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul". A partir desta assinatura (em dezembro de 1994), o Mercosul tem o perfil completo de uma união aduaneira.

São seis as instituições criadas pelo Protocolo de Ouro Preto que compõe a estrutura original do Mercosul:

- O *Conselho do Mercado Comum (CME)*: é o órgão supremo da associação. De acordo com o artigo 3 da Seção I do Protocolo de Ouro Preto, é incumbido a este conselho "a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum". É composto pelos Ministros das Relações Exteriores e dos Ministros da Economia ou equivalentes;
- O *Grupo Mercado Comum (GMC)*: este é o órgão executivo do Mercosul. Também tem como função o monitoramento do Tratado de Assunção e dos outros protocolos assumidos, além de formular o programa de trabalho e

aprovar o orçamento correspondente. Ou seja, implementa medidas concretas para a integração. Segundo o artigo 14 da Seção II, é dever do GMC “tomar as medidas necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo CME”.

- *A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)*: este órgão é o central do Mercosul e tem como finalidade assistir o GMC. É responsável pela política comercial, exercida por quatro membros, um de cada país. De acordo com o artigo 19 da Seção III, espera-se da CCM “analisar a evolução dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira e formular propostas a respeito do GMC”. É formado pelos representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Economia, de Agricultura e Indústria e Comércio;
- *A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC)*: é o órgão representativo dos Parlamentos dos países-membros no âmbito do Mercosul. Segundo o artigo 25 da Seção IV, o CPC “procurará acelerar os procedimento internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul”.
- *O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)*: este órgão consultivo privado e de representação dos setores econômicos e sociais terá, segundo o artigo 29 da Seção V, “função consultiva e manifestar-se-á mediante recomendações ao GMC”.
- *A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM)*: este é um órgão de apoio operacional. Segundo artigo 32 da Seção VI, a SAM “será responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul e terá sede permanente na cidade de Montevideu”, no Uruguai. Serve, além de ser como um arquivo oficial, para editar o Boletim Oficial do Mercosul.

Segundo PORTO (2006, p. 297), este protocolo “é fundamental para o entendimento do Mercosul, sendo o diploma legal que lhe deu personalidade jurídica de direito internacional público, com importantes implicações internas e internacionais”. A partir deste protocolo, o Mercosul pode contratar, adquirir e dispor de bens móveis e imóveis, comparecer em juízo e manter fundos e ainda realizar operações bancárias. E, segundo o artigo 36, pode ainda fechar acordos internos, bem como negociar e assinar acordos com países externos, grupos de países e organizações internacionais.

2.3.3 Protocolo de Olivos

Este protocolo é de fevereiro de 2002, quando foi criado na cidade paraguaia de Assunção um Tribunal Permanente de Revisão. Segundo PORTO (2006, p. 300), este tribunal “julgará apelações aos laudos dos tribunais arbitrais, além de instituir um sistema de medidas compensatórias e correspondentes mecanismos para contestá-las”.

Semelhante ao que ocorre no Nafta, o protocolo abre a possibilidade das partes escolherem o foro para a solução do caso, entendendo-se aí, principalmente, o da OMC (Organização Mundial do Comércio).

2.3.4 Protocolo de Fortaleza

Também conhecido como Protocolo de Defesa da Concorrência no Mercosul, este data do mês do dezembro de 1996. Junto com seu anexo, assinado na cidade de Assunção no Paraguai em junho de 1997, são, segundo PORTO (2006, p. 301), “uma primeira tentativa de normalizar as questões de concorrência no espaço integrado”. Possui deficiências e é incompleto, porém não deixa de ser um esforço que significa um primeiro passo na criação de uma “diretoria de concorrência” - como ocorre na União Européia (UE).

O exemplo mais grave que comprova uma das deficiências do protocolo é que alguns pontos citados nele ainda impedem um maior estreitamento

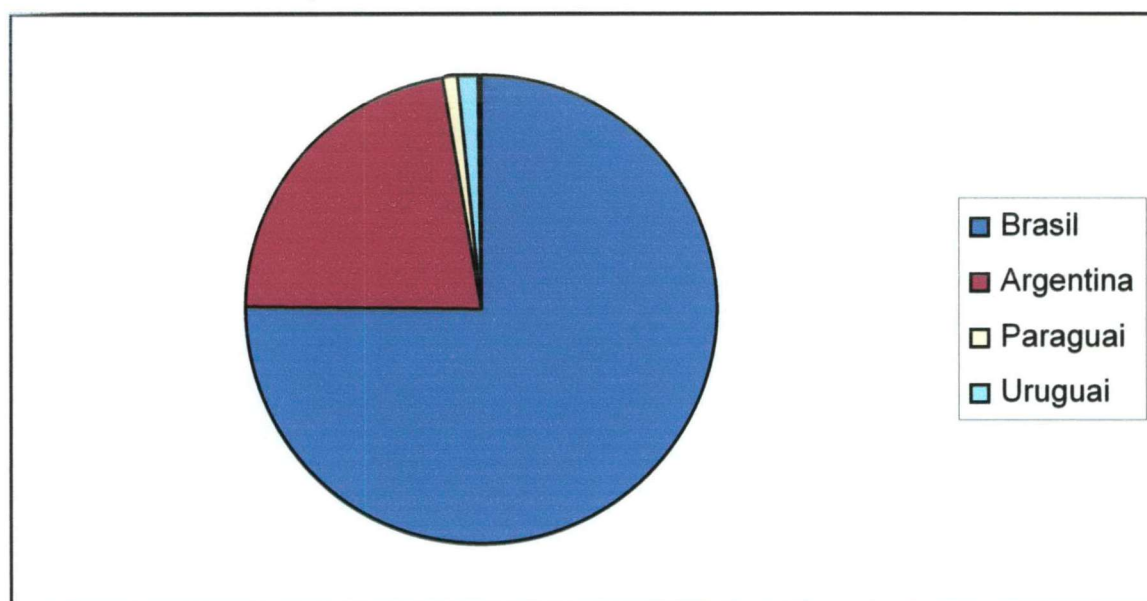
das ações comuns de controle das práticas concorrenciais desleais, como a manutenção do antidumping. Ainda segundo PORTO, este ponto “além de prejudicar o aprofundamento da integração, assinala uma falta de credibilidade na capacidade do bloco de resolver internamente seus problemas no âmbito da concorrência”.

4 TENDÊNCIAS RECENTES

O Mercosul completou neste ano de 2006 quinze anos de história. Apesar das expectativas e otimismo iniciais, nos últimos anos vem ocorrendo uma espécie de desaceleração na trajetória desta União Aduaneira, principalmente em função do comportamento das economias dos maiores sócios, brasileira e argentina, influenciadas por suas políticas monetárias e cambiais ao longo da década de 1990.

Brasil e Argentina compõem cerca de 95% do PIB total do bloco (o qual chega a US\$ 800 bilhões em média, sendo que US\$ 619 bilhões é da parte do Brasil e US\$ 182 bilhões da Argentina), enquanto Paraguai e Uruguai são considerados sócios menores, tendo em vista sua pouco expressiva participação na economia do bloco. O Paraguai menos ainda, afinal possui um PIB anual em torno de US\$ 7 bilhões, enquanto o do Uruguai praticamente chega à marca dos US\$ 15 bilhões (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO DE CADA PAÍS NO PIB DO MERCOSUL - 2006



FONTE: CIA

Neste capítulo serão apresentadas, primeiramente, as diferenças estruturais entre os países formadores do bloco econômico. Ou seja, quais são os

fatos presentes em cada país que levam à presente estagnação da união aduaneira? Ou melhor, qual a dificuldade de integração encontrada? Em seguida, serão apresentadas as evidências de comércio entre os países integrantes e com o resto do mundo. E, por último, serão destacados os aspectos macroeconômicos de cada país individualmente. Afinal, acredita-se que estas diferenças são cruciais para a análise de integração.

3.1 ASSIMETRIAS ESTRUTURAIS

O Mercosul possui um espaço muito extenso (cerca de 13 milhões de quilômetros quadrados), e, principalmente, apresenta consideráveis diferenças de tamanho entre os seus membros. Segundo GUIMARÃES (1999), o Brasil sozinho ocupa 72% do território, possui 79% da população e cerca de 70% da dívida externa do bloco. Enquanto isso, o Paraguai e o Uruguai ocupam juntos apenas 5% do território, possuem 4% da população e apenas 2% da dívida externa.

Considerando as demasiadas diferenças entre os países, define-se como um desafio este processo de integração. Ou seja, existe grande dificuldade em fazer com que o bloco possua todas as características de uma união aduaneira plena. Assim, é importante destacar novamente que uma união aduaneira plena se forma a partir da adoção de uma TEC, de um código aduaneiro comum e a livre circulação de bens e disciplinas comuns. Este último requisito, segundo BOUZAS (2003), serve “para lidar com o comércio ‘desleal’ proveniente de terceiros países”.

São vários os obstáculos encontrados por estes países para o sucesso da integração econômica, sendo o principal referente às assimetrias constitucionais entre eles. Sabe-se que o progresso desta integração está intimamente ligado ao desaparecimento dessas assimetrias entre os países. Afinal, tanto a constituição paraguaia quanto a argentina, segundo BOUZAS (2003, p. 77), “estabelecem a primazia dos tratados internacionais acima da legislação doméstica”. Porém, segundo as constituições brasileiras e uruguaias, de acordo com o mesmo autor, “os efeitos dos tratados podem ser modificados em virtude da aprovação de uma lei nacional” (p. 77).

Ainda segundo BOUZAS (2003), não se pode atribuir apenas a estas assimetrias a grande dificuldade de integração dos países do Mercosul, por trás das quais está a falta de vontade política dos governos. Outro deles se refere à questão educacional, pois o Brasil é o país pertencente ao Mercosul com o maior número de analfabetos, os quais, segundo dados do Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial, chegam a 14% da população com 15 anos ou mais. Segundo a mesma base de dados, o Uruguai tem a menor taxa de todos, apenas 2% de sua população não é capaz de ler e escrever. A Argentina quase não fica atrás dos uruguaios, afinal apenas 3% do total são analfabetos. Já no Paraguai, considera-se esta taxa igual a 8%.

Agora, qual a importância destes dados para o sucesso da integração regional? Como a intenção do Mercosul é atingir o nível de mercado comum, como já foi dito anteriormente, este estágio permite uma livre circulação de mão-de-obra. Assim, para as economias poderem inserir-se a este mundo integrado, é de total importância que sua força de trabalho esteja no nível das outras, para poder competir de igual para igual.

Desta maneira, o Brasil é o país que merece ter mais atenção das autoridades, e deve procurar uma maneira rápida para diminuir este índice, o qual é quase equivalente ao índice do Congo, na África, que é igual a 17%, ainda segundo dados do Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial.

Outro obstáculo que a integração se depara é sobre os transportes. Como um dos objetivos do Mercosul é agilizar a movimentação de mercadorias, de bens e de serviços, percebe-se que a malha rodoviária, ferroviária e também marítima deve sofrer algumas mudanças. Assim, segundo o Centro de Integração do Mercosul da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) além de os custos de transporte serem preferencialmente diminuídos, deve-se também diminuir eficazmente a burocracia aduaneira, para facilitar os intercâmbios dentro da região.

Com aproximadamente 200 mil quilômetros de rodovias pavimentadas, 68 mil quilômetros de ferrovias, uma costa marítima de 12 mil quilômetros e uma extensão de 3 mil quilômetros de rios navegáveis, percebe-se que meios de transporte é o que não faltam entre os países do bloco, porém, as transações

comerciais entre as regiões com certeza se incrementariam com mudanças neste aspecto.

Finalmente, de acordo com as recentes experiências internacionais, como a União Européia, por exemplo, percebe-se que não é possível a construção de uma integração econômica de sucesso somente a partir da convergência em matéria de política exterior. E é exatamente desta maneira que o Mercosul apresenta-se nos dias de hoje, ou seja, com uma ausência de um compromisso político.

Segundo BOUZAS (2003, p. 51), “o compromisso político e a liderança são os ingredientes que proporcionam sentido estratégico ao processo de integração”. Assim, acredita-se que o compromisso político que tanto Brasil quanto Argentina estão tendo no momento é um fato essencial para o sucesso da integração.

3.2 INSERÇÃO DOS PAÍSES DO MERCOSUL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Após o período de transição no período entre 1991 e 1994, entrou em vigor em 1995 no Mercosul uma TEC, cuja plena vigência está prevista para 2006. Porém, percebe-se que os países tomam medidas as quais chegam a “perfurar” a TEC devido, segundo eles, a problemas macroeconômicos. Estas medidas são tomadas diretamente com seus parceiros comerciais de fora do bloco econômico, e flexibilizam a rigidez cobrada pela união aduaneira. Um exemplo é a medida tomada pela Argentina após 2001, quando alterou as tarifas sobre bens de capital; e, estas medidas foram seguidas pelo governo uruguaio.

Assim, tem-se uma discussão válida: seria o caso do Mercosul tornar-se uma zona de livre-comércio e deixar de lado a união aduaneira? Assim, cada país teria total autonomia sobre suas respectivas políticas comerciais.

Atualmente, segundo dados do Centro de Economia Internacional da Argentina, o Brasil é o país que menos depende do Mercosul no que diz respeito a exportações. De acordo com a Tabela 2, o Brasil é o único país do bloco que exporta mais para o resto do mundo do que para seus parceiros. No caso da Argentina, o Mercosul era muito mais importante para sua economia no ano de sua

crise, 2002, quando mais de 55% de suas exportações tinham como origem os três países-membros. Em 2004, ainda na Argentina, as exportações intrazona continuaram acima das extrazona, porém não mais com tanta expressividade como em 2002. Já nos dois países menores, a realidade é outra, afinal, a maior parte de suas exportações são de destino intrazona.

No caso das importações a mesma coisa acontece. O Brasil importa mais do resto do mundo do que de seus parceiros, enquanto acontece o contrário com Argentina, Uruguai e Paraguai. Porém, como se percebe com as exportações, as importações intrabloco são mais importantes para os dois menores sócios. Com isso, conclui-se que o impacto das instabilidades no âmbito regional pode ser mais expressivo sobre estes sócios menores.

TABELA 2 – COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL POR PAÍS EM PORCENTAGEM (2000 A 2004)¹

País	Ano	Exportações		Importações	
		Mercosul	Resto do Mundo	Mercosul	Resto do Mundo
Argentina	2000	47,36	26,83	38,85	25,47
	2001	49,24	26,31	38,23	22,84
	2002	56,03	25,42	28,12	12,34
	2003	44,34	25,62	38,61	15,71
	2004	38,43	23,55	45,56	18,98
Brasil	2000	43,75	70,79	46,19	70,33
	2001	41,83	71,36	45,72	73,26
	2002	32,57	72,48	54,50	84,23
	2003	44,59	72,20	44,82	80,96
	2004	52,05	73,96	37,60	77,42
Paraguai	2000	3,12	0,47	6,39	1,48
	2001	3,41	0,65	7,25	1,32
	2002	5,44	0,51	8,21	1,37
	2003	5,77	0,54	8,77	1,25
	2004	5,05	0,64	9,12	1,33
Uruguai	2000	5,77	1,90	8,57	2,72
	2001	5,52	1,68	8,81	2,58
	2002	5,97	1,59	9,17	2,06

¹ Os valores absolutos estão apresentados no anexo 1.

2003	5,29	1,63	7,80	2,08
2004	4,46	1,85	7,72	2,26

FONTE: CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DA ARGENTINA
 NOTA: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Sob o aspecto dos valores absolutos, há uma diminuição das exportações dentro do bloco econômico entre 2000 e 2004 nos quatro países ainda pelos efeitos da crise argentina. No caso das importações, ainda entre estes dois anos, o único país que passou a comprar mais do resto do mundo foi o Brasil, que sozinho representa em média 77% do total do bloco. Os outros três países ou diminuíram sua participação ou ainda não tiveram variações consideráveis.

No que diz respeito à importação intrabloco, tanto a Argentina quanto o Paraguai obtiveram um certo incremento, de 39 para 45% e de 6% para 8,5% respectivamente. Já o Brasil diminuiu significativamente sua participação, de 46% para 37,6%, enquanto a situação do Uruguai neste setor ficou praticamente estagnada.

De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), percebe-se um incremento tanto das importações intra e extra-bloco quanto das exportações intra e extra-bloco entre os anos 2003 e 2004, como pode-se conferir na Tabela 3.

TABELA 3 – COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL (2003, 2004 e PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005)

	Totais Anuais			Janeiro-Junho		
	2003	2004	Variação (%)	2004	2005	Variação (%)
Exportações Totais	106.008	135.313	28	62.226	74.951	20
Intrabloco	12.635	17.192	36	7.894	9.704	23
Extrabloco	93.373	118.121	27	54.332	65.247	20
Importações Totais	68.693	94.500	38	42.513	52.564	24
Intrabloco	13.396	18.064	35	8.101	10.242	26
Extrabloco	55.297	76.436	38	34.412	42.322	23
Saldo Total	37.315	40.813	9	19.713	22.387	14
Comércio Total	174.701	229.813	32	104.739	127.515	22

FONTE: BID

Este incremento tem bastante significado, afinal, o comércio total teve uma variação de 32% entre 2003 e 2004; e, considerando apenas o primeiro

semestre de 2005 em comparação ao primeiro semestre de 2004, este incremento já havia superado 20%.

Ao mesmo tempo em que o Mercosul importa cada vez mais do exterior e dele mesmo, ainda assim as exportações totais superam, deixando assim sempre a balança comercial superavitária.

Para complementar ainda mais os dados positivos de comércio mostrados anteriormente, é importante mostrar os dados individuais dos principais países do Mercosul neste ano de 2006. A Argentina está cada vez mais se recuperando de sua crise de 2002, afinal, terminou o ano de 2005 com um superávit de sua balança comercial em US\$ 11.322 milhões, completando assim três anos de crescimento consecutivo. Já o Brasil, à mesma época, obteve um superávit de US\$ 44.764 milhões, o maior de sua história, assim como exportações recordes de US\$ 118.309 milhões.

Já os dados que englobam todos os países do Mercosul revelam que até o momento, neste ano de 2006, as exportações totais do bloco já ultrapassaram os 163 bilhões de dólares, o que significa um aumento de 20%; e as importações chegam a 113 bilhões, o que representa um incremento de 18%.

Mesmo observando todos estes dados positivos de comércio, deve-se salientar que o Mercosul ainda está longe de ser efetivamente uma união aduaneira completa, pois os fracassos ainda superam os sucessos. Segundo CUNHA (2005, p. 257), “as crises financeiras no Mercosul têm levado os países da região a longos processos de ajustes determinados pelos programas de socorro financeiro do FMI (Fundo Monetário Internacional), que os afastam de objetivos comuns regionais”. Os motivos os quais não permitem que o Mercosul seja uma união aduaneira completa e não estagnada serão mostrados a seguir.

3.3 ASPECTOS MACROECONÔMICOS

O Mercosul é um bloco econômico formado por quatro países de tamanhos desiguais, fortemente vulneráveis e com tradição de instabilidade macroeconômica (altas taxas de desemprego e inflação, moedas desvalorizadas,

taxas de juros elevadas, déficits orçamentários) e outras características relevantes como corrupção e problemas políticos em geral. A formação deste bloco econômico sinalizava à população dos quatro países, há mais de uma década, taxas de desenvolvimento mais elevadas, fato que ainda não ocorreu. Como este projeto de integração é um processo conduzido e administrado pela política, destaca-se o fato de que as crescentes dificuldades de financiamento externo e as bruscas desvalorizações nominais das moedas nacionais criaram um contexto pouco favorável à abertura do comércio.

Antes ainda da formação do bloco econômico, na década de 1980, Brasil e Argentina enfrentaram espantosas crises inflacionárias. Em 1989, por exemplo, segundo KUME (2005, p. 372), a taxa de inflação anual na Argentina chegou a 4.883% e no Brasil a 1.878%. A saída encontrada foi a implementação de programas de estabilização macroeconômica, no início dos anos 1990, a qual foi baseada em âncoras cambiais – instrumento de política econômica utilizado para estabilizar o valor de uma moeda através de câmbio fixo ou administrado.

No caso da crise da Argentina, esta política foi a principal causa da crise no ano de 2002. Mais de uma década antes, em 1991, teve início o “Plano de Conversibilidade”, o qual apoiava a paridade fixa de um peso por um dólar e ainda exigia que a quantidade de moeda em circulação fosse igual às reservas disponíveis em ouro e moeda. Desta maneira, o Banco Central da Argentina tornou-se um *currency board*, ou “comitê da moeda”. Nos primeiros quatro anos a inflação desacelerou rapidamente e obteve-se altas taxas de crescimento econômico, porém, os déficits crescentes (tanto nas contas públicas quanto nas contas externas), segundo KUME (2005, p. 373), “requeriam um financiamento externo cuja disponibilidade de recursos dependia das condições vigentes no mercado financeiro internacional”. Assim, somando-se à crise asiática de 1997 (devido à concentração de renda pós-crescimento, instabilidade política e fragilidade social) a dificuldade da Argentina de honrar suas dívidas, reduzindo assim tal financiamento externo, a economia entra em recessão, como pode observar-se nas próximas três tabelas e nos gráficos das duas primeiras:

TABELA 4 – VARIACAO DO PIB DOS PAISES DO MERCOSUL ENTRE 1997 E 2005

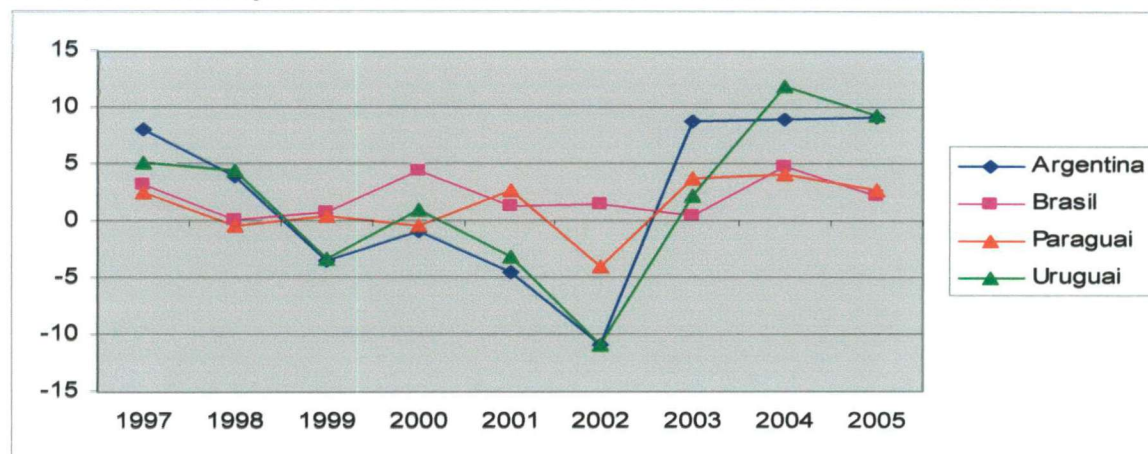
País	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	8,10	3,90	-3,40	-0,80	-4,40	-10,90	8,8	9,0	9,2
Brasil	3,30	0,10	0,80	4,40	1,40	1,50	0,5	4,9	2,3
Paraguai	2,60	-0,40	0,50	-0,40	2,70	-3,90	3,8	4,1	2,7
Uruguai	5,10	4,50	-3,20	1,10	-3,10	-10,80	2,2	11,8	9,3

FONTE: CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DA ARGENTINA

NOTA: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Como pode perceber-se, a partir de 1999 a variação do PIB argentino passou a ser negativa. Porém, foi em 2002 que a crise realmente manifestou-se de forma relevante. Com a desvalorização do peso, o PIB caiu 10,9 e houve um congelamento dos depósitos bancários. Somado a isso, a saúde e a previdência foram privatizadas e quase metade da população estava abaixo da linha de pobreza. O gráfico a seguir mostra a variação do PIB nos quatro países do Mercosul entre 1997 e 1995:

GRÁFICO 4 – VARIAÇÃO DO PIB DOS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1997 E 2005



FONTE: CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DA ARGENTINA

Por outro lado, a Argentina, desde sua crise em 2002, vem apresentando taxas incríveis de crescimento: 8,8% de expansão do PIB em 2003, 9% em 2004 e 9,2% em 2005. A tendência é continuar neste ritmo. De acordo com dados do BID, a Argentina teve um bom desempenho do seu PIB também entre os

anos 1991 e 1998, quando obteve em torno de 5,7% de taxa anual média de crescimento real do PIB.

Já o Uruguai também vem crescendo de forma espantosa. Basta comparar a variação do PIB entre 2002 e 2003 e depois entre 2003 e 2004. Primeiramente, conseguiram sair de um ano com crescimento negativo de mais que 10% e terminar o próximo ano com 2,2% de crescimento. E, no ano seguinte, chegaram à marca de quase 12% de variação no ano, ápice de crescimento do PIB em todos os países do Mercosul nos últimos anos. De acordo com o BID, o Uruguai é outro país que entre os anos 1991 e 1998 obteve boa taxa média anual de crescimento do PIB, de 4,4%.

Ainda de acordo com a Tabela 4, vê-se que o Brasil não conseguiu manter um crescimento sustentado, o qual era esperado após o ano de 2000, quando a variação do PIB chegou a 4,4%. Afinal, entre 2001 e 2003 a taxa média de crescimento do PIB mal passou de 1% ao ano, recuperando-se apenas em 2004. Porém, em 2005 a variação voltou a cair.

O Paraguai, o qual é o mais dependente da agricultura, está junto com o Brasil, dono da indústria mais importante do bloco, no “fracasso do crescimento do PIB” no ano de 2005. Enquanto seus parceiros de bloco estão juntos no crescimento, o maior sócio dos quatro formadores da união aduaneira junto com um dos menores sócios não consegue alcançar nem 3% de crescimento. Com destaque ao Brasil, que apresentou no último ano a menor taxa, de 2,3%.

E, sobre estes dois últimos países, dados do BID comprovam que seus históricos não são animadores assim como os dados atuais. Afinal, entre 1991 e 1998, período em que os outros sócios se destacaram por suas consideradas altas taxas de crescimento do PIB, eles também não obtiveram taxas muito positivas. Afinal, nenhum dos dois países nem atingiu a marca de 3% ao ano.

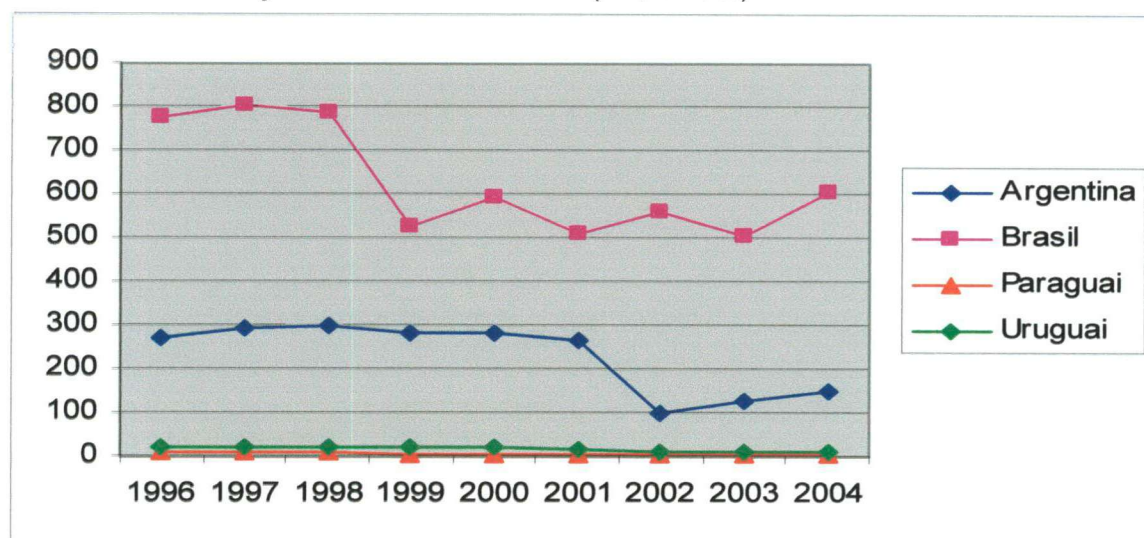
Ao analisar o Gráfico 4, percebe-se Argentina e Uruguai juntos com 10% de variação do PIB em média, enquanto os outros dois países estão juntos muito abaixo.

De volta às crises pelas quais Brasil e Argentina passaram, é importante salientar os impactos que o Uruguai e o Paraguai sofreram. Tanto suas

taxas de crescimento do PIB anuais foram prejudicadas como também ocorreu uma desvalorização de suas moedas.

O gráfico a seguir traz a evolução do PIB em termos reais. Brasil e Argentina são os que mais se destacam, obviamente pelo fato de terem PIBs extremamente mais altos do que os outros sócios.

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO PIB – 1996 a 2004 (US\$ bilhões)



FONTE: OMC

A partir do Gráfico 5 percebe-se ainda mais a distância em que os dois pequenos países encontram-se dos maiores sócios. São diferenças significativas demais, afinal, fica complicada a integração entre um país com mais de 600 milhões de dólares de PIB anual (Brasil) enquanto um de seus parceiros mal passa da casa dos 6 milhões de dólares (Paraguai).

Ainda sobre aspectos macroeconômicos, a Tabela 5 mostra a inflação dos quatro países formadores do bloco entre 1997 e 2002.

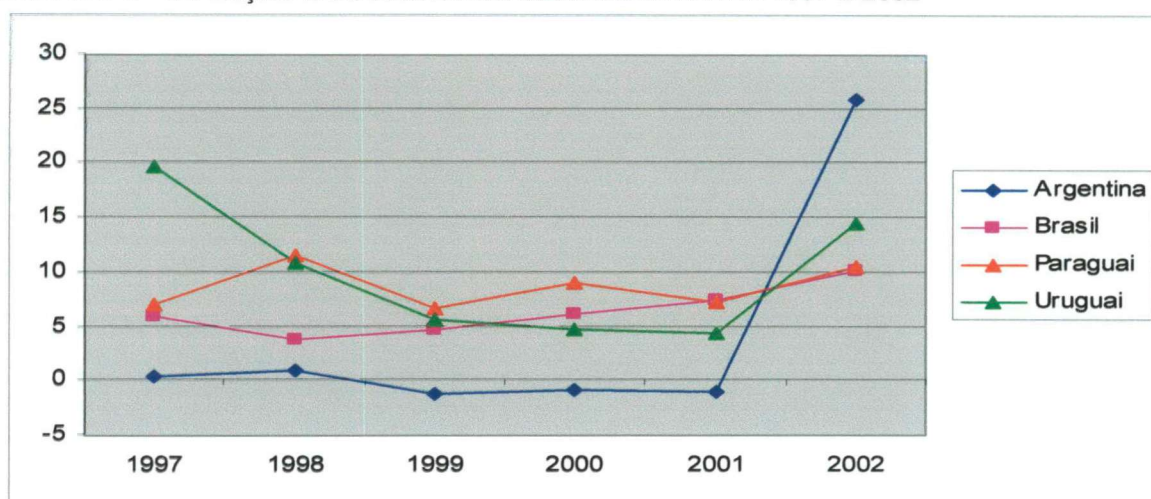
TABELA 5 – INFLAÇÃO DOS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1997 E 2002

País	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Argentina	0,50	0,90	-1,20	-0,90	-1,10	25,90
Brasil	6,00	3,80	4,80	6,20	7,50	10,20
Paraguai	7,00	11,60	6,80	9,00	7,30	10,50
Uruguai	19,80	10,80	5,70	4,80	4,40	14,40

FONTE: KUME, H. e PIANI, G. **Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio.**

Somente a Argentina apresentou deflação, entre 1999 e 2001, porém, em 2002 chegou à marca de quase 26% ao ano. O Brasil conseguiu uma baixa no índice entre 1997 e 1998, porém a partir de 1999 esta vem somente crescendo. O Uruguai possui inflação maior que o Paraguai, porém, ambos apresentam baixa e aumento do índice a cada ano. O Gráfico 6 a seguir demonstra a inflação de cada país neste intervalo de tempo:

GRÁFICO 6 – INFLAÇÃO DOS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1997 E 2002



FONTE: KUME, H. e PIANI, G. **Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio**

NOTA: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Altas taxas de inflação no país trazem um aumento dos preços. Com os produtos domésticos mais caros, a tendência é o aumento da demanda por produtos importados, no caso do Mercosul, por produtos importados de dentro do bloco.

A Tabela 6 traz dados recentes da taxa de câmbio nominal das moedas de cada país formador da união aduaneira, enquanto a Tabela 7 revela a variação do câmbio no mesmo período de tempo. Percebe-se a taxa de câmbio da Argentina igual a um até o ano de 2001, provando assim a existência do *currency board*. A partir de 2002 o dólar passou a valer mais que três pesos argentinos,

acabando assim com a taxa de câmbio fixa no país. Até o ano de 2005 o peso não se valorizou muito, terminando o ano com uma taxa média igual a 2,93

TABELA 6 – TAXA DE CÂMBIO NOMINAL ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1997 E 2005

País	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina (peso/US\$)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	3,09	3,00	2,96	2,93
Brasil (real/US\$)	1,08	1,16	1,81	1,83	2,35	2,93	3,12	2,93	2,44
Paraguai (guarani/US\$)	2191,00	2755,70	3117,50	3470,60	4116,80	5747,30	6595,18	6071,27	6248,46
Uruguai (peso/US\$)	9,40	10,80	11,30	12,00	13,30	21,00	28,24	28,70	24,46

FONTE: CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DA ARGENTINA

NOTA: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A crise brasileira diz respeito à grave desvalorização de sua moeda em janeiro de 1999. O Plano Real (implementado em 1994) foi um programa de estabilização de preços, com um taxa de câmbio administrada, e não fixa como a Argentina em 1991. Observou-se também uma queda da inflação, porém esta veio acompanhada de déficits crescentes em transações correntes financiados por recursos externos, agora sim como a Argentina. A suspeita de que o Brasil poderia não conseguir manter a taxa de câmbio acelerou a fuga de capitais, o que fez o governo a adotar uma taxa de câmbio flexível para evitar uma grave crise na balança de pagamentos.

Ainda é de grande importância mostrar a variação cambial de cada moeda entre 1998, ano antecedente da crise cambial brasileira, e 2005, três anos depois da crise argentina (Tabela 7):

TABELA 7 – VARIAÇÃO CAMBIAL DOS PAÍSES DO MERCOSUL ENTRE 1998 E 2005

País	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina (peso/US\$)	0	0	0	0	209,0	-3,1	-1,3	-0,9
Brasil (real/US\$)	7,4	56,1	1,1	28,4	24,7	6,5	-6,2	-16,8
Paraguai (guarani/US\$)	25,8	13,1	11,3	18,6	39,6	14,7	-7,9	2,9
Uruguai (peso/US\$)	14,9	4,6	6,2	10,8	57,9	34,5	1,6	-14,8

FONTE: CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DA ARGENTINA

NOTA: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O que mais se destaca na Tabela 7 é considerável desvalorização do peso argentino em 2002, o que leva as moedas dos outros três países a uma grande desvalorização também, as maiores neste intervalo de tempo (excluindo-se o caso brasileiro em 1999). No último ano, apenas o guarani desvalorizou-se em relação ao dólar, porém, em uma taxa pouco considerável.

Finalmente, o Brasil, desde sua recente desvalorização cambial, vem apresentando um PIB praticamente estável, o qual praticamente não passa da casa dos 500 milhões de dólares por ano. E ainda não apresenta expectativas de aumento, pois não conseguiu mais chegar à casa dos 800 milhões como aconteceu em 1997 e sua taxa de crescimento do PIB nem chega a 3% ao ano.

5 PERSPECTIVAS

O Mercosul, ao longo destes quinze anos de história, vem a cada ano e a cada governo de seus respectivos países promovendo novas alianças ou novos rumos a serem tomados. Neste capítulo serão analisados diferentes fatos recentes que passaram a afetar o bloco econômico ou que pretendem ser incorporados, tais como a relação do Mercosul com seus membros associados, a inserção da Venezuela como membro-pleno, a equalização com os sócios menores e a integração da união aduaneira com a União Européia.

Porém, o principal objetivo deste capítulo é explicar o atual estado de inércia que se encontra o Mercosul. Afinal, esta união aduaneira vem passando por diferentes etapas de sua história: umas de grandes expectativas, mas outras de notável pessimismo. As esperadas e tão prometidas taxas de desenvolvimento ainda não estão presentes na realidade dos países integrantes e tão pouco se vê uma situação equilibrada no que se diz respeito à realidade de uma união aduaneira plena.

Um dos acontecimentos recentes mais importantes do bloco em 2006 ocorreu em julho, quando a Venezuela (já membro do Pacto Andino) tornou-se o quinto membro-pleno do Mercosul em reunião em sua capital, Caracas. Com um PIB médio de 100 bilhões de dólares, torna-se assim a terceira economia do bloco, ficando atrás ainda de Brasil e Argentina.

No que diz respeito à área e população, a Venezuela ocupa a terceira colocação, com 916km² e 24 milhões de habitantes, respectivamente.

Este país tornou-se, após o término da Segunda Guerra Mundial, de exportador essencialmente agrícola para uma economia de produção e exportação de petróleo, cuja participação no PIB venezuelano chega a um terço. Membro da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), segundo dados de ALBUQUERQUE (2006), a Venezuela fará com que o PIB do Mercosul aumente em pelo menos 8% e sua principal contribuição ao bloco é exatamente no setor energético. Afinal, tem uma produção diária de 3,1 milhões de barris diários, porém com uma capacidade de produção de até 3,3 milhões.

Ainda é válido ressaltar que a Venezuela é o quinto país exportador de petróleo do mundo, e maior vendedor para os Estados Unidos. Com isso, são grandes as vantagens dos outros países-membros do bloco para a compra da matéria-prima do parceiro.

Segundo o acordo de adesão, o novo membro-pleno tem como obrigação abolir todas as barreiras alfandegárias com seus parceiros até o ano de 2014, e esta é a principal preocupação dos empresários venezuelanos. Afinal, estes temem que produtos baratos brasileiros e argentinos invadam o país, causando grande concorrência com os produtos nacionais. Porém, a opinião do líder venezuelano é outra. Para Hugo Chávez, o que importa na América do Sul é a união, e esta é uma grande força contra a influência norte-americana.

Antes de a Venezuela tornar-se membro-pleno, era considerada apenas um membro associado ao Mercosul desde janeiro de 2005. Hoje, a união aduaneira ainda conta com cinco membros associados, ou seja, sem poder de votação. São eles²:

1. Chile: membro associado desde 1996 através da assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Chile. Entre todos os países associados, este é o único não pertencente à Comunidade Andina;
2. Bolívia: assim como o Chile, é membro associado desde 1996, porém através da assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Bolívia;
3. Peru: formalizou sua associação com o Mercosul em 2003 pela assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Peru;
4. Colômbia: formalizou sua associação em 2004, através da assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Colômbia;
5. Equador: com a formalização na mesma data que a Colômbia, porém através da assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Ecuador.

Esta associação feita entre estes países e o Mercosul, ou seja, a assinatura destes “acordos de complementação econômica” quer dizer que são firmados acordos bilaterais entre o bloco econômico e cada país individualmente.

² Dados retirados da Enciclopédia Virtual “Wikipédia”, disponível em <pt.wikipedia.org>

Ou seja, considera-se a formação de uma zona de livre-comércio deles com o Mercosul e uma gradual redução de tarifas de comércio internacional entre eles. Além disso, estes países participam das reuniões dos organismos do Mercosul como convidados e também efetuam convênios sobre matérias comuns.

Chile e Bolívia destacam-se mais que os outros membros associados quando se leva em consideração que estes países e os outros cinco membros-pletos do Mercosul formam uma “área de livre residência com direito ao trabalho” para cada um de seus cidadãos, tendo como único requisito a sua nacionalidade. Este acordo foi firmado em dezembro de 2002, e não pode ser confundido com a livre circulação de pessoas, como acontece na União Européia, afinal, ainda é requerida a tramitação migratória.

A Tabela 8 a seguir mostra que, se forem considerados além dos membros-pletos os países associados, tem-se uma elevação de 42% na população do bloco, e de 34% no PIB, porém, percebe-se que o PIB *per capita* diminui em quase 5,5% - isto levando em consideração dados do ano de 2005. Assim, pode-se considerar que os países que formam o “Mercosul Ampliado” (membros-pletos e membros-associados) não elevariam o bem-estar da população do bloco caso fossem inseridos na união aduaneira como membros-pletos, ou seja, apenas considerando o PIB *per capita*.

TABELA 8 – PIB (EM BILHÕES DE DÓLARES), POPULAÇÃO (EM MILHÕES) E PIB PER CAPITA DOS PAÍSES DO MERCOSUL E DO MERCOSUL AMPLIADO - 2005

País	PIB (bruto)	População	PIB <i>per capita</i>
Brasil	619	186	3328
Argentina	182	38	4789
Paraguai	7,5	5,8	1293
Uruguai	13,5	3,5	3857
Venezuela	106	24,3	4362
Total Mercosul	928	257,6	3602
Chile	115	15	7667
Bolívia	10	8,6	1163
Peru	70	28	2500
Equador	30	13	2308
Colômbia	98	44	2227
Total Mercosul Ampliado	1251	366,2	3416

FONTE: CIA

NOTA: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Ainda de acordo com a tabela acima, percebe-se que a Bolívia é o país que tem menor significância, depois do Paraguai, no Mercosul Ampliado. Afinal, tem apenas 0,8% de participação neste bloco ampliado, contra quase 50% do Brasil e 16% da Argentina.

Agora, é válido ressaltar o certo “incômodo” que a Bolívia proporcionou à economia brasileira no ano de 2006, quando o então presidente Evo Morales fez uma mudança na tributação da exploração de gás natural e de petróleo (consideradas as principais riquezas da Bolívia) em seu país. Assim, chegou a invadir com tropas do exército uma instalação da Petrobrás na Bolívia para anunciar a nacionalização da exploração das duas maiores riquezas no país. Também foi adotado o aumento imediato sobre o gás natural, de 50% para 82%.

5.1 EQUALIZAÇÃO COM OS SÓCIOS MENORES

É sabido que blocos econômicos são formados para obter ganhos econômicos e também sociais entre os países integrantes, sendo que ficam bloqueadas negociações individuais dos países com outras economias de fora do bloco. Porém, algo parecido aconteceu em 2006 com um dos países que formam o Mercosul. Ao sentir-se deslocado e com pouca importância dentro do bloco, o Uruguai cogitou a aproximação aos Estados Unidos, através de uma relação bilateral com o país norte-americano, na forma de um Tratado de Livre Comércio (TLC). Outros países como a Índia e a China também entram nas intenções comerciais do país, que pretende principalmente facilidades para suas exportações de carne, lã, leite e de produtos como celulose e madeira. Além deste desejo de obter relações bilaterais com outros países, o presidente uruguaio Tabaré Vazquez ameaçou deixar o Mercosul.

O Paraguai também tem procurado esta chamada “flexibilidade aduaneira” juntamente com o Uruguai, afinal, pretendem expandir suas relações comerciais para além das fronteiras do Mercosul sob a alegação de que suas economias são extremamente diferenciadas das outras que formam o bloco, e que seus países ficam desta maneira prejudicados.

Porém, há pelo menos cinco anos, o Uruguai conseguiu deixar de ser dependente da exportação de seus produtos, geralmente agropecuários, para Brasil e Argentina e estima-se que os Estados Unidos sejam o principal importador de sua carne bovina, principal produto exportado. E mais, sabe-se que as exportações do país espalham-se igualmente pelo Mercosul, Nafta, União Européia entre outras regiões. Assim, percebe-se que este país, há anos, deseja desvincular-se da união aduaneira a qual faz parte.

Mesmo o Paraguai desejando praticamente as mesmas ações do Uruguai, este último é o único que realmente está traçando suas novas perspectivas. Afinal, tanto o Brasil quanto a Argentina já chegaram a dar certa flexibilidade para que o Uruguai faça suas negociações, porém, com certa condição: exigem que o futuro então promissor do Mercosul não seja prejudicado.

Desta maneira, foi decidido que o Uruguai continuasse membro-pleno do Mercosul, e, de acordo com sua relação com os Estados Unidos, ficou decidido que fechariam um “Tratado de Promoção e Proteção de Investimentos”, ou TPPI, que, de acordo com analistas, segundo notícia da BBC (2006), “é um acordo de intenções que poderá permitir ao Uruguai aumentar suas exportações aos Estados Unidos e atrair possíveis investimentos americanos sem obrigar o país a romper com o Mercosul”. Ainda segundo a mesma matéria, este acordo não chega nem perto de um Tratado de Livre Comércio (TLC). Se, por acaso, as negociações dos dois países chagassem a este ponto, com certeza seria prejudicial para o Mercosul. E, segundo o economista Gerardo Caetano, citado na mesma matéria da BBC, a melhor saída para o Uruguai por enquanto ainda é o Mercosul, e espera-se que os maiores sócios (Brasil, Argentina e Venezuela) sejam mais “generosos” com os sócios menores.

5.2 A RELAÇÃO COM A UNIÃO EUROPÉIA

A aproximação do Mercosul com a União Européia iniciou-se há mais de dez anos, em 1995, com a assinatura do “Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação”, o qual era considerado uma transição para uma “Associação Inter-

Regional” entre os dois blocos econômicos, cuja principal intenção era, segundo BONIOLO (2004) “a implementação de um programa de liberalização progressiva dos fluxos comerciais recíprocos”. Ou seja, desejava-se desde esta época a implementação de uma ZLC (zona de livre comércio) entre os blocos em questão.

Porém, data apenas do ano de 2004 a proposta de integração a qual está em discussão hoje, feita pela União Européia. Foram incluídas algumas condições pelos europeus, que, segundo KUME (2004), são:

1. Cobertura mínima de 90% de bens, divididos em cinco grupos com cronogramas de liberalização linear de zero, quatro, sete e dez anos;
2. Alinhamento imediato com iniciativas zero por zero para um grupo de produto (informática, farmacêuticos, entre outros) e para o setor químico;
3. Reciprocidade estrita em têxteis, vestuário e calçados;
4. Quotas-tarifárias para carne bovina, de frango e suína, etanol e milho, entre outros.

O motivo pelo qual a União Européia estaria tão interessada em firmar este acordo era a chance de sucesso da Rodada Doha das negociações da OMC. Esta iniciou-se logo após os ataques terroristas aos EUA (Estados Unidos da América) e desejava diminuir as barreiras comerciais mundiais, com foco no livre comércio entre os países em desenvolvimento. Os subsídios agrícolas eram tema principal nas negociações, e este é exatamente um dos pontos em que Mercosul e União Européia ainda não chegaram a um acordo comum. Porém, a Rodada Doha foi suspensa recentemente, e, segundo MOREIRA (2006), “a suspensão atinge em cheio a estratégia do Brasil de expandir as exportações”. Ainda segundo MOREIRA (2006), o cancelamento da Rodada caracteriza um adiamento do desenvolvimento brasileiro, pelo fato de ainda ser complicadas as trocas internacionais de subsídios agrícolas.

Percebe-se uma certa acomodação por parte dos países envolvidos. De novo, vê-se uma falta de vontade política, ou seja, exatamente como um dos

fatores que impedem a maior integração entre os países do Mercosul, os quais têm em vista maiores taxas de desenvolvimento, principalmente.

Finalmente, vê-se as intensas mudanças que ocorrem na união aduaneira. A entrada de um novo membro-pleno trará sem dúvidas grandes mudanças tanto no setor energético (por causa do petróleo) quanto no andamento para um possível Mercado Comum. As relações com a União Européia continuam estagnadas, assim como outros setores do bloco.

Porém, principalmente, é de grande importância ressaltar novamente as constantes diferenças entre os países que formam o bloco econômico. Por exemplo, vê-se que Argentina e Uruguai alcançaram recentemente altas taxas de crescimento do PIB, enquanto Brasil e Paraguai continuam não ultrapassando os 3% anuais. Seria o caso de imaginar se o Mercosul poderia ter mais sucesso voltando a ser apenas uma ALC, afinal, pode-se ser considerada como uma união aduaneira imperfeita – ao analisar o fato de que alguns países “perfuram” a TEC ou ainda anunciam alterações nesta, buscando posteriormente a aprovação dos parceiros.

Esta é uma questão levantada por KUME (2005), o qual conclui afirmando que se for mantida a união aduaneira, porém com uma redução da TEC, o Mercosul “poderia atender aos interesses dos países-membros que se sentem prejudicados pelos custos provocados pelo desvio de comércio” em favor, principalmente, da produção industrial brasileira (p. 388). E mais, ainda cita (p. 388):

Uma ZLC, apesar de permitir maior autonomia na condução da política comercial, substituiria as discussões sobre a fixação da TEC pelas exigências relacionadas ao comércio regional a ser estabelecido por cada produto. Dependendo dos requisitos impostos pelo regime de origem, o custo do desvio de comércio poderá ser equivalente ou superior ao de uma TEC. Além disso, os custos de obtenção do certificado de origem poderão acrescentar mais uma barreira ao comércio intra-regional.

Além disso, deve-se levar em consideração a perda de barganha nas relações bilaterais dos menores sócios se uma ALC fosse retomada, principalmente com União Européia e Estados Unidos.

6 CONCLUSÃO

A presente monografia procurou mostrar tanto o desenvolvimento histórico do Mercosul e suas características comerciais, estruturais e macroeconômicas quanto destacar o recente multilateralismo do comércio internacional, ou seja, o período que o mundo passa pós-GATT, cujo princípio básico foi a promoção livre-comércio.

A partir da análise dos dados referentes à corrente de comércio, inflação, câmbio, evolução do PIB, etc., percebe-se a fragilidade pela qual o bloco passou durante as crises brasileira e argentina, e o seu caminho de recuperação. Como foi visto, tanto a Argentina quanto o Uruguai hoje apresentam dados de evolução do PIB altíssimos, mais de 9% ao ano. Enquanto isso, Brasil e Paraguai não conseguem nem chegar a 3% ao ano. Assim, fica claro o desenvolvimento totalmente desigual dos países do bloco econômico, algo que supostamente não deveria acontecer em uma união aduaneira de 15 anos de existência.

Além disso, destaca-se o fato de que o Brasil é o único país do bloco que possui tanto exportações quanto importações extrazona maiores do que intrazona. Percebe-se desta maneira um diferente grau de comprometimento para com o Mercosul de cada país. Obviamente que os menores sócios dependem mais do bloco, e, desta maneira, são os que mais sofrem as consequências com mudanças nas estratégias ou crises nos maiores sócios.

Além da crise argentina em 2002, destacou-se também a crise cambial brasileira em 1999 com a desvalorização do real. Destaca-se ainda que todo o bloco abalou-se, revelando baixas taxas anuais de crescimento do PIB ou até taxas negativas, como se verifica no caso do Uruguai, com uma queda de quase 11% ao ano, aumento da inflação e altas variações cambiais.

Conclui-se que entre as causas da estagnação do bloco econômico pode-se destacar as assimetrias existentes entre os países, os aspectos macroeconômicos de cada um e a maneira com que cada um insere-se no comércio internacional. Entre as assimetrias, destacam-se as constitucionais, que não

possibilitam que os países tenham as mesmas decisões, ou seja, tratam os tratados internacionais de maneiras diferentes.

Sendo assim, percebe-se finalmente que falta uma vontade política entre os países-membros para que o bloco econômico traga os esperados retornos. Além disso, tem-se que as dificuldades para o Mercosul ser uma união aduaneira perfeita é o fato de a TEC (uma das principais características de uniões aduaneiras perfeitas) ser geralmente “perfurada” pelos membros. Segundo KUME (2005, p. 384), a TEC nominal média no Mercosul é de 12,4%, porém, normalmente os membros anunciam alterações nesta tarifa, buscando posteriormente a aprovação de seus parceiros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. Venezuela trará novo impulso ao Mercosul, diz “El País”. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u105699.shtml>> Acesso em 15 out. 2006.

ARESTIS, P. et al. O Euro e a UME: Lições para o Mercosul. Revista Economia e Sociedade. Campinas: v. 12, n. 1. Jan/Jul 2003.

BANCO INTER-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Disponível em: < <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>> Acesso em: 27 abr. 2006.

BAUMANN, R. Mercosul: Problemas da adolescência. Jornal Valor Econômico. 17, 18 e 19 de Março, 2006.

BONIOLO, E. Relações Entre Mercosul e União Européia as as Consequencias Para o Brasil – Uma Resenha. Disponível em: < <http://www.feth.ggf.br/Mercosul.htm> > Acesso em: 30 set. 2006.

BOUZAS, R. Quatro Falácias Sobre o Mercosul. Disponível em: < <http://www.funcex.com.br/bases/77-RB-4falacias.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2006.

Brasil y Argentina comienzan 2006. Disponível em: <<http://www.mercosurabc.com.ar/nota.asp?IdNota=653&IdSeccion=1>> Acesso em: 15 out. 2006.

Centro de Integração do Mercosul. Disponível em: < <http://www.ufpel.edu.br/mercosul/apres.html>> Acesso em: 05 out. 2006.

CIA - Central Intelligence Agency. Disponível em: <<http://www.cia.gov>> Acesso em: 15 set. 2006.

CUNHA, A. e BICHARA, J. Integração monetária e financeira em regiões emergentes: a experiência recente do Pacífico Asiático pode servir de inspiração para o Mercosul? Revista do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas: Vol. 14. Número 2. Jul/Dez 2005.

DATHEIN, R. Mercosul: Antecedentes, Origem e Desempenho Recente. Revista de Economia. Vol. 31, n. 1. Jan/Jul 2005.

GIAMBIAGI, F. e BARENBOIM I. Mercosul: Por Uma Nova Estratégia Brasileira. Revista do BNDES. Rio de Janeiro: Vol. 12, N. 24. Dez. 2005.

GUIMARÃES, S. A ALCA e o Fim do Mercosul, in Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil. Brasília: IPRI, 1999.

KUME, H. e PIANI, G. Mercosul: O Dilema Entre União Aduaneira e Área de Livre-Comércio. Revista de Economia Política, vol. 25, n. 4. Out/Dez 2005.

KUME, H. et al. Acordo de Livre-Comércio Mercosul – União Européia: uma estimativa dos impactos no comércio brasileiro. XXXII Encontro Nacional de Economia ANPEC, João Pessoa, v. 1, 2004.

KRUGMAN, P. e OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

KUNZLER, J. Mercosul e o Comércio Exterior. 1. ed. São Paulo: Aduaneiras, 1999. 257 p.

MARTINS, S. Mercosul: Formação Profissional e Legislação. Canoas: Ulbra, 1996. 159 p.

MENDONÇA, H. e SILVA, A da. Moeda Única no Mercosul. Revista de Economia Política, vol. 24, n. 1. Jan/Mar 2004.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO. Centro de Economia Internacional. Disponível em: < <http://cei.mrecic.gov.ar/home.htm>> Acesso em: 15 set. 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>> Acesso em: 10 jul. 2006.

MOREIRA, A. Decepção e Prejuízos com a Suspensão de Doha. Jornal Valor Econômico, 27 jul. 2006.

OMAN, C. Globalização e Regionalização nas décadas de 1980 e 1990. In: VELLOSO, J. A Nova Ordem Internacional e a Terceira Revolução Industrial. Fórum Nacional “Como evitar uma nova década perdida”. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

OMC – Organização Mundial do Comércio (WTO – World Trade Organization). Disponível em: <http://wto.org> Acesso em 15 set. 2006.

PORTO, M. C. L. e FLÔRES, R. G. Teoria e Políticas de Integração na União Européia e no Mercosul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 718 p.

RELATÓRIO do Desenvolvimento Humano 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>> Acesso em: 25 jun. 2006.

SALVATORE, D. Economia Internacional. 6. ed. Rio e Janeiro: Editora LTC, 2000.

SANDRONI, P. Novíssimo Dicionário de Economia. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

TAMER, A. **Afinal, o que é globalização?** Disponível em: <http://www.cosmo.com.br/colunistas/alberto_tamer/integra.asp?id=165010> Acesso em 23 ago. 2006.

The Dimishing of **Brazil**. The Economist Magazine. 13 mai. 2006.

THORSTENSEN, V. et. al. **O Brasil Frente a um Mundo Dividido em Blocos**. São Paulo: Nobel, 1994. 277 p.

URUGUAI fica no Mercosul para evitar racha interno (**BBC**). Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/bbc/2006/10/05/ult2363u8211.jhtm>> Acesso em: 05 out. 2006.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em: 15 out. 2006.

ANEXO 1 – COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL POR PAÍS (2000 a 2004) EM VALORES ABSOLUTOS (US\$ MILHÕES) E PORCENTAGEM

		Exportações		Importações	
		Mercosul	Resto do Mundo	Mercosul	Resto do Mundo
Argentina	2000	8402	17939	6881	18273
	2001	7492	19118	5861	15141
	2002	5696	20013	2895	6096
	2003	5640	23926	5158	8676
	2004	6576	27877	8169	14511
Brasil	2000	7762	47324	8182	50449
	2001	6364	51860	7009	48565
	2002	3311	57051	5611	41625
	2003	5672	67412	5988	44718
	2004	8908	87567	6741	59180
Paraguai	2000	553	316	1132	1061
	2001	519	472	1111	877
	2002	553	398	845	675
	2003	734	508	1172	693
	2004	865	761	1635	1017
Uruguai	2000	1024	1271	1518	1948
	2001	840	1221	1350	1711
	2002	607	1254	944	1020
	2003	673	1525	1042	1148
	2004	764	2186	1384	1730
Parte (%)					
Argentina	2000	47,36	26,83	38,85	25,47
	2001	49,24	26,31	38,23	22,84
	2002	56,03	25,42	28,12	12,34
	2003	44,34	25,62	38,61	15,71
	2004	38,43	23,55	45,56	18,98
Brasil	2000	43,75	70,79	46,19	70,33
	2001	41,83	71,36	45,72	73,26
	2002	32,57	72,48	54,50	84,23
	2003	44,59	72,20	44,82	80,96
	2004	52,05	73,96	37,60	77,42
Paraguai	2000	3,12	0,47	6,39	1,48
	2001	3,41	0,65	7,25	1,32
	2002	5,44	0,51	8,21	1,37
	2003	5,77	0,54	8,77	1,25
	2004	5,05	0,64	9,12	1,33
Uruguai	2000	5,77	1,90	8,57	2,72
	2001	5,52	1,68	8,81	2,58
	2002	5,97	1,59	9,17	2,06
	2003	5,29	1,63	7,80	2,08
	2004	4,46	1,85	7,72	2,26

FONTE: CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DA ARGENTINA